
ANTÓNIO GAMA

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Sociais

Urbanização Difusa e Territorialidade Local

161

Pela sua natureza ao mesmo tempo social e espacial, o fenómeno da urbanização deve ser avaliado tomando como critério a combinação destas duas dimensões, tendo ainda em consideração o tempo e o modo da sua formação, a fim de evidenciar tanto as características estruturais como os contextos em que os diferentes tipos tiveram génese. Neste

sentido, apresentar-se-ão alguns temas que nos parecem de interesse para a discussão desta problemática: a distinção urbano-rural e as formas mistas de povoamento; a dicotomia comunidade/sociedade, a questão da permanência ou do desaparecimento da comunidade em contextos urbanos e os problemas da territorialidade.

A dupla natureza social e espacial da urbanização deve reflectir-se nos modos da sua avaliação, assim como dar conta do tempo e do modo da sua formação, a fim de evidenciar, quer as características estruturais, quer os contextos da génese dos diferentes processos de urbanização, os quais denotam, por isso, relações sociais diferenciadas pelas distintos modos de combinações espacio-temporais. Este trabalho traz para a discussão alguns temas que se prendem com processos de urbanização difusa, em especial os que dizem respeito à relação sociedade-espaço e à questão da comunidade.

As tentativas de interpretação das configurações do processo de urbanização do território português confrontam-se com algumas dificuldades resultantes do cruzamento dos diferentes pontos de vista e da natureza da informação utilizada. Dessas dificuldades são expressão as asserções muito diferenciadas a propósito da urbanização portuguesa. Por seu lado, as diferentes interpretações assentam em pontos de vista diferentes, valorizando critérios unilaterais, uns referentes à concentração espacial da população

— geralmente tendo como critério a dimensão dos lugares —, outros, às características sociais da população residente em áreas de forte densidade. Os modos como se contabilizam as populações e como se definem os lugares ou as áreas de referência das populações são muitas vezes decisivos nos resultados. Do mesmo modo, também quanto aos horizontes metodológicos se patenteiam divergências, ora valorizando os pontos de vista sintéticos, ora acentuando o particularismo dos casos.

162

Pelas suas características ao mesmo tempo sociais e espaciais, o fenómeno da urbanização deve ser avaliado tendo em consideração o modo de combinação das suas diversas características tipificadoras e, além disso, o tempo e o modo da sua génese. No entanto, se não se torna fácil definir critérios com universalidade para caracterizar o fenómeno urbano, com maior dificuldade se se depara quando se procede à aplicação empírica. Quando se dá maior importância às suas características estruturais, revelam-se tanto o tipo de rede urbana como as permanências e as mudanças, possibilitando comparações temporais. Por sua vez, quando se valorizam os contextos põem-se em evidência as histórias singulares e as particularidades dos processos de mudança em relação ao sistema urbano de que faz parte.

Entre as características do sistema das cidades portuguesas, uma das mais relevantes é a sua estrutura primacial. Uma estrutura deste tipo caracteriza-se por uma configuração da distribuição das cidades segundo o tamanho em população, na qual sobressai um centro entre os demais, e ao mesmo tempo pela inexistência de um número de centros de média dimensão, esperado segundo uma proporção crescente que acompanha a diminuição do seu tamanho populacional. Ou seja, uma estrutura urbana onde sobressai a macrocefalia de uma capital e a quase ausência de centros intermédios. Como consequência, revela-se como um sistema urbano constituído por uma multiplicidade de pequenos centros urbanos, mas de reduzido significado populacional no conjunto da população urbana. A presença destas características dá algumas indicações para a discussão do tipo de urbanização. Por outro lado, o facto de os valores e os critérios referentes à determinação das taxas de urbanização do território de Portugal Continental serem contraditórios converte os seus resultados em argumentos para a mesma discussão.

Assim, tendo em conta os resultados do Recenseamento Geral da População de 1981, a taxa de urbanização de Portugal Continental rondaria os 30%, se se considerarem os lugares com população igual ou superior a 10.000 habitantes; passaria para cerca de 45% se o critério for a população residente em lugares maiores do que 2.000 habitantes (Peixoto, 1987); situar-se-ia nos 55% se tomarmos como referência a população residente nas freguesias incluídas num raio de 5 km dos núcleos urbanos (Baptista, 1985; Gaspar, 1988). Em suma, usando o critério da dimensão da população, a condição urbana será diversa segundo os critérios adoptados na definição dos lugares ou das áreas urbanas. Por outro lado, se forem tidas em conta as características sociais da população, usando um critério múltiplo que associa a população activa nos sectores secundário e terciário ao tamanho dos lugares e à densidade da população, a taxa de população urbana passaria para cerca de 66% (Gaspar [org.], 1987).

As diferenças de valores da taxa de urbanização segundo os critérios adoptados são bastante significativas para passarem sem comentário. Situam-se entre um máximo de diferença de 36% e um mínimo de 10%. Cabe ainda salientar que as menores diferenças se reportam aos critérios de aglomeração segundo a dimensão dos lugares, enquanto as maiores se referem à comparação entre aqueles e as áreas urbanas definidas por critérios mistos, em que variáveis da estrutura social são tidas em consideração. E isto é tanto mais de salientar quanto as áreas urbanas definidas segundo o critério da dimensão dos lugares não englobam ainda uma percentagem significativa de população activa do secundário e do terciário. Se, por um lado, a sociedade portuguesa parece apresentar uma taxa de urbanização baixa, quando tomamos como referência as medidas de concentração populacional, por outro, quando a avaliamos segundo os modos de vida, verificamos que, de acordo com o primeiro critério, fica de fora uma larga faixa da população urbana.

A estrutura social da população portuguesa, definida através dos sectores de actividade económica, apresentava, em 1981, uma repartição em que, apesar da importância dos activos no sector primário, a população activa nos sectores secundário e terciário se contabilizava já pelos 80%, o que a colocava já dentro do tipo das sociedades urbano-industriais. No entanto, esta característica não parece reflectir-se nas formas de povoamento, tendo em consideração os

dados aduzidos acima. Estes são ainda reforçados quando se procede à relação estatística entre os sectores de actividade e o tamanho dos lugares. A correlação entre a população activa segundo os concelhos e os lugares maiores de 10.000 habitantes é forte (0,7) para o sector terciário e fraca (0,2) para o sector secundário. Estes valores não sofrem grande alteração se se baixar o limiar de tamanho dos lugares para 2.000 habitantes. Destas diferenças de valores podem tirar-se outras indicações para interpretar a urbanização portuguesa, de que salientamos a fraca percentagem da população dos pequenos centros e, por sua vez, a importância dos fenómenos de dispersão da população activa na indústria por pequenos lugares.

Esta discrepância nos resultados das caracterizações da urbanização aparece, curiosamente, como um facto novo, o qual se tem vindo a acentuar desde o decénio de 70, sugerindo uma das características das mudanças recentes da sociedade portuguesa. A saber, um processo de urbanização da sociedade que correspondeu a uma forma espacial de dispersão residencial em regiões onde, ao mesmo tempo, se operou uma densificação. Este processo de urbanização difusa apresenta-se diferenciado segundo as regiões. Em algumas, apresenta características mistas, nem claramente rurais nem urbanas, com particular importância nas formas de articulação do social e do espacial, expressando a dificuldade referida por Enzo Mingione “em delimitar algumas áreas difusas entre o urbano e o rural” (Mingione, 1987). Estas áreas, que designamos *urbanização difusa não metropolitana*, abrangem uma boa parte das regiões do litoral norte e centro. Às características de povoamento denso e difuso, estruturado por uma densa rede de pequenos centros urbanos, juntam-se as características urbano-industriais da população activa, ou seja, com fortes percentagens nos sectores secundário e terciário. As características de rede polinucleada, da qual emergem recentemente apenas alguns centros de média dimensão, fazem a diferença com a urbanização difusa de tipo metropolitano.

O facto de serem áreas de transformação recente e o dinamismo dos agentes locais nelas envolvidos estão na origem dos padrões da mudança sócio-espacial: as formas mistas de povoamento e a dimensão localista. A compreensão desta urbanização *in situ* requer uma abordagem que inter-relacione o espaço e a sociedade, nomeadamente no que se refere à problemática da permanência da comunidade.

Um bom número dos estudos sobre a urbanização, quando se referem à questão espacial, tem acentuado a dimensão da produção do espaço, ou seja, o espaço unicamente como produto social. Esta forma de ver era sustentada pela assunção de que o espaço não existe como realidade autónoma ou mesmo como condicionador social. A preocupação essencial traduzia-se em ver como é que o todo social produzia o seu espaço: segundo essa visão, “o espaço é mais determinado que determinante no complexo técnico-social das actividades de produção e de troca; está sujeito a mecanismos de regulação social geral, elemento de inércia num conjunto em mutação, deve ser apropriado pelas organizações e pelas actividades...” (Castells, 1969).

No entanto, a questão foi-se apresentando, a pouco e pouco, dotada de uma maior complexidade. Por isso, hoje a sua reavaliação tem sido feita noutros termos, dando cada vez maior relevância ao papel do espaço. Alguns dos estudos sobre o assunto têm valorizado a constituição do espaço como instância ou como factor explicativo. Outros atribuem-lhe apenas um papel de condicionador das práticas sociais. Por fim, outros ainda fazem a reavaliação da questão considerando o modo como o espaço está implicado na produção da sociedade, isto é, salientando o facto de o espaço ser um modo próprio da estrutura social.

O ponto de vista que propomos para a avaliação da dimensão espacial deve ter como preocupação restituir a esta uma especificidade social, condicionadora do corpo social e fazendo parte da vida social. Para esta proposta de interpretação, a especificidade social da dimensão espacial pode ser vista segundo três aspectos. Em primeiro lugar, o espaço como *stock* cultural, entendido quer como inércia resistente à apropriação planificadora, quer como componente que atravessa, imutável, essa apropriação; em segundo, como conjunto de regularidades observáveis nos modos como é praticado; e por fim, como tema insistente do imaginário, que se expressa no sentido da cidade e no papel que representa nas utopias (Bordreuil *et al.*, 1979: 4). Estes três aspectos estão implicados na eficácia social do espaço como resistência, mas principalmente no processo de (re)produção do corpo social, já que a sociedade não pré-existe à sua espacialização, ou seja, não há sociedade senão localizada, sendo o espaço uma condição da própria sociedade. Este ponto de vista, ao considerar a relação sociedade-espaço

como uma relação de imanência, tem como consequência que “a sociedade como produtora de efeitos espaciais, apenas o é enquanto entidade já espacializada”. Por essa razão, a questão da relação sociedade-espço deve ser vista sob um duplo plano: para além da consideração do espaço como produto social, deve-se procurar ver “as incidências do factor da espacialização, a sua produtividade social na produção da sociedade, em suma, reconhecer, afirmar, o poder social dos dispositivos espaciais” (Bordreuil *et al.*, 1979: 5). Esta perspectiva conduz-nos a caminhos que se bifurcam. Para uns o espaço converte-se num factor explicativo determinante, enquanto para outros esta reavaliação do papel do espaço não significa que ele se constitua como instância, ou como factor explicativo. O que se pretende é procurar ver como o espaço está implicado na produção do corpo social e como este fica suspenso no momento da sua espacialização.

Ora, sendo os conjuntos espaciais mais do que dados objectivos — pela razão de que são também vivência individual e colectiva das sociedades e, além disso, fazem parte do seu “imaginário colectivo” —, podem diferenciar-se diversos sentidos de espaço. Assim, D. Harvey acolhe a distinção que H. Lefèbvre faz, em “A Produção do Espaço”, entre práticas espaciais, representações dos espaços e espaços de representação. Estes tipos podem ser resumidos de forma sucinta. A prática espacial “de uma sociedade segrega o seu espaço; põe-no e supõe-no numa interacção dialéctica: produ-lo lentamente e de forma segura, determinando-o e apropriando-se dele. A prática espacial de uma sociedade descobre-se decifrando o seu espaço”. A representação do espaço é o espaço escrito, o espaço dominante, o dos cientistas, dos planeadores e dos urbanistas. O espaço dos projectos de urbanização deverá ser contabilizado neste tipo. Por fim, os espaços de representação: isto é, os espaços vividos através de imagens e de símbolos que os acompanham como os do imaginário colectivo (Lefèbvre, 1974: 48-9; Harvey, 1989: 218-22). Estes três componentes do espaço surgem de forma permanente na espacialidade do quotidiano das sociedades e, especificamente, nas sociedades urbanas, reflectindo relações de ordem/desordem e de consenso/conflicto.

Por outro lado, o espaço configura-se de acordo com a estrutura social que o domina, que o produz e que dele se apropria, constituindo uma territorialidade (Gama, 1985).

Passar à importância do espaço como condicionador e produtor do social, vai uma pequena grande diferença, que é definida pelos contextos. Por isso não se deve ver no espaço apenas um mero efeito de estruturação sócio-económica de um domínio territorial, mas deve-se, antes, procurar ver o papel do espaço como configurador do próprio social, na medida em que toda a actividade social necessita de uma base territorial sobre a qual, com a qual, e através da qual se desenvolve, pelas práticas, pelas representações e pelo imaginário. Para isso devem ter-se em consideração as articulações espaço-tempo, porque estas se expressam nos diferentes tipos de povoamento. O espaço torna-se, assim, produto e produtor de relações sociais, evidenciando limites que a sociedade vai superando à medida da própria consciência e da sua competência transformadora.

D. Harvey, na tentativa de captar a complexidade do espacial, propõe uma grelha das práticas espaciais, fazendo uso das dimensões de espaço-experiência, das representações e da imaginação referidas acima, e inter-relaciona-as com outros aspectos da prática social: a acessibilidade e a distanciação, a apropriação e o uso do espaço, a dominação e o controlo e, por fim, a produção do espaço (Harvey, 1989: 218-22).

A discussão que fizemos a propósito do espaço leva-nos a valorizar o poder social dos dispositivos espaciais, que se afirmam através das práticas sociais, das representações espaciais e dos elementos simbólicos em que os espaços se convertem. Neste sentido, as formas espaciais são códigos através dos quais as práticas e as representações se orientam, convertendo o espaço num produtor de práticas sociais, já que a sociedade não existe senão localizada e somente se reproduz através do espaço. Em suma, o espaço é constituinte, limitador e mediador do social.

Esta maneira de ver a questão espacial tem implicações no modo de estudar os processos de urbanização e as questões que com eles se prendem, nomeadamente as relacionadas com as formas recentes de urbanização difusa nas regiões litorais do centro e do norte de Portugal. Este tipo de urbanização, apesar de envolver menores efectivos de população do que os processos de urbanização de áreas metropolitanas, assume um grande significado, pelo número de centros de pequena dimensão e pela extensão das áreas em que se desenvolve. Além disso, a sua importância advém ainda dos vínculos territoriais que se tecem nos processos

da sua formação. Pelas suas características de urbanização *in situ*, sem deslocalização das populações, estas áreas patenteiam processos específicos nos modos de transformação sócio-espacial, em que se impõem as componentes locais.

A conotação de duplo sentido — social e espacial — que a distinção rural-urbano supõe está presente de uma forma mais complexa nestes processos de mudança, pela presença de sinais de ruralidade e de sinais de urbanidade, que, além das formas espaciais, atravessam os modos de vida, as temporalidades e as gerações.

A necessidade de inter-relação entre o social e o espacial está patente na formulação de que “não se vive numa região mas por intermédio dela” (Thrift, 1983: 38). Assim, pela natureza das relações sociais que os sustentam, pelas suas formas de produção e de comunicação, o urbano e o rural criam as suas espacialidades próprias. Servindo-me de uma interpretação de Claude Raffestin, a oposição rural-urbano é expressão de uma territorialidade construída por sociedades em que as estruturas de povoamento de tipo nodal prevaleciam, em associação com a dominância da produção agrícola na economia. Esta territorialidade foi substituída por outra, cuja característica principal é o predomínio das redes sobre as outras invariantes espaciais, os nós e as quadriculas. As novas formas territoriais, expressas na urbanização metropolitana e na dissolução das fronteiras entre o rural e o urbano, aparecem como típicas das sociedades modernas da fase do capitalismo tardio (Raffestin, 1986: 78-84).

A oposição cidade-campo expressa uma distinção social que tem sido, muitas vezes, tornada equivalente à dicotomia comunidade/sociedade proposta por Ferdinand Tönnies. No entanto, estas noções são desenvolvidas por este autor de uma forma mais rica e complexa, que não pode ser reduzida ao esquematismo que geralmente aparece em trabalhos posteriores. Deixando de lado esta discussão, pode dizer-se que a noção de comunidade contém vários sentidos. A saber, um sentido sociológico de relação social e um sentido social por relação a uma espacialidade, além de poder ainda conotar relações com outras noções, pelas questões que se prendem entre comunidade e vizinhança, aldeia e bairro.

De uma arrumação dos diversos sentidos podem formular-se três tipos de definição de comunidade: como rede

de relações interpessoais, como fonte de sociabilidade e de sustentação dos seus membros e, por último, como lugar de residência comum, de sentimentos e de actividades solidárias. Rede de relações, sociabilidade e lugar de residência comum são as características que diferenciam as definições. As redes de relações interpessoais e a sociabilidade aparecem sucessivamente nas outras definições, fazendo da última a mais completa. No entanto, a característica que distingue a última — o lugar de residência — não é uma condição necessária da comunidade, pois podem existir redes de relações e sociabilidade sem referência a um contexto espacial de proximidade. Apesar disso, é comum assimilar comunidade a um espaço determinado — aldeia, bairro —, o que tem como consequência dar por adquirido o poder organizador do espaço. Este poder, neste caso, evidencia-se pela presença de numerosas relações de vizinhança, que são expressão de relações espaciais de proximidade, não obstante a comunidade poder existir como um conceito sociológico sem referência a um determinado espaço. As redes de relações interpessoais e as sociabilidades definidas por interesses em relação a valores podem manifestar-se em espacialidades cuja matriz são as redes de relação. A um espaço euclidiano das distâncias sucede um espaço topológico.

São numerosos os estudos sobre temas urbanos que têm discutido o problema do desaparecimento ou da permanência da comunidade nas sociedades urbanizadas — dos clássicos da Escola de Chicago às correntes mais recentes da sociologia rural e urbana (Saunders, 1989: 52-83). Num artigo a propósito da questão comunitária, Wellman e Leighton distinguem três tipos de comunidade, os quais suportam outras tantas teses sobre o assunto: a comunidade perdida, que postula a ausência de solidariedade entre vizinhos; a comunidade protegida, que afirma a sua existência; e por fim a comunidade emancipada, que, ao contrário, não considera o bairro como base da comunidade (Wellman e Leighton, 1981: 114ss).

Os tipos dominantes de comunidade, associados aos processos de urbanização não metropolitana, parecem enquadrar-se no tipo de comunidade protegida, pelas características de vinculação local e de relações de vizinhança. No entanto, em virtude da natureza da sociedade urbana, ela apresenta, ao mesmo tempo, por parte de alguns dos seus membros, caracteres que dizem respeito ao tipo de comunidade emancipada.

A finalizar, e porque a dimensão comunidade, além de atravessar a dicotomia rural/urbano, é plural nestes processos de urbanização, adiantam-se algumas conclusões provisórias, que são igualmente tópicos para uma discussão.

Em primeiro lugar, o processo de mudança das comunidades rurais em “locais” urbanizados, em situações de urbanização *in situ*, caracteriza-se, principalmente, por um enraizamento territorial feito a partir do vivido, isto é, constitui um território vivido que tem expressão, nomeadamente, na produção da residência e nos tipos de acesso à habitação e ao emprego. As dimensões de local emergem nestas práticas da reprodução social, pois prevalecem aqui tipos de relações societárias elementares na constituição das redes sociais locais: o parentesco, a vizinhança e a aliança. A separação espacial gerada não é, na maioria das vezes, acompanhada de uma segregação espacial significativa e suporta-se nas estruturas sócio-espaciais herdadas dos espaços rurais que os precederam.

Em segundo lugar, a permanência de um tipo de “comunidade” de enraizamento espacial vem a constituir um território urbano feito de mosaicos territoriais vividos (bairros, espaços de vida), interligados por redes de tipo funcional e de sociabilidade em que predominam as redes sem vínculos de vizinhança. Os espaços vividos revelados por esta territorialidade local são constituídos pelas práticas quotidianas, onde os vínculos locais são reforçados pelas formas de uso, apropriação e dominação dos espaços de vizinhança. Os espaços de vida constituem espaços sociais que se apresentam, ao mesmo tempo, segmentados em unidades territoriais elementares com características próprias geradas pelas redes informais locais, constituindo um tipo de comunidade protegida em que as redes de sociabilidade e a espacialidade de vizinhança (o bairro, a aldeia urbanizada) se indetificam fortemente. A vinculação local característica deste tipo de comunidade evidencia-se em vários aspectos da vida quotidiana, do trabalho ao lazer e à residência, constituindo redes locais fortemente integradas, quer pelas redes de solidariedade com expressão local (de parentesco, de aliança e de vizinhança), quer pelos vínculos patrimoniais, nomeadamente a posse da terra e as heranças de capitais simbólicos como o prestígio local.

Por fim, e como hipótese resultante das características deste tipo de territorialidade, em que impera a vinculação

local do acesso ao emprego, à habitação e outros bens, cremos ver aqui uma dimensão da sociedade providência (Santos, 1985: 869; 1987: 13; 1989: 20), que faz do território local uma componente importante dessa mesma sociedade providência, mediante a consideração de três características principais do espaço: suporte, recurso e mediador. ■

**Referências
Bibliográficas**

172

- Baptista, J. Mendes 1985 *Crise e Desenvolvimento Urbano*. Lisboa, IACEP.
- Bordreuil, Jean-Samuel; Ostrowsky, Sylvia 1979 "Pour une réévaluation de la puissance sociale des dispositifs spatiaux", *Espaces et Sociétés*, 28-29.
- Castells, Manuel 1975 *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*. Lisboa, Presença.
- Gama, António 1985 "O Espaço e a Revolução Republicana de 1910", *Revista de História das Ideias*, 7 (335-346).
- Gama, António 1987 "Indústria e Produção de um Espaço Peri-urbano", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 22 (33-54).
- Gaspar, Jorge 1988 "Réseau urbaine et régionalisation", *Annales de Géographie*, Paris, 541 (291-307).
- Gaspar, Jorge et al. 1987 *Portugal: Os Próximos 20 Anos. Ocupação e Organização do Espaço – Retrospectivas e Tendências*. Lisboa, F.C. Gulbenkian.
- Harvey, David 1990 *The Condition of Postmodernity*. Oxford, Basil Blackwell.
- Lefévre, Henry 1974 *La production de l'espace*. Paris, Anthropos.
- Mingione, Enzo; Pugliese, Enrico 1987 "A Díficil Delimitação do 'Rural' e do 'Urbano'", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 22 (83-100).
- Peixoto, João 1987 "O Crescimento da População Urbana e a Industrialização em Portugal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 22 (101-14).
- Raffestin, Claude 1986 "Punto di riferimento per una teoria della territorialità umana", in Clara Copeta, *Esistere e Abitare*. Milano, Franco Angeli.
- Santos, Boaventura de Sousa 1985 "Estado e Sociedade na Semiperiferia: O Caso Português", *Análise Social*, 87-89.
- Santos, Boaventura de Sousa 1987 "Estado e Sociedade e as Políticas: O Caso das Políticas de Saúde", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 23 (13-74).
- Santos, Boaventura de Sousa 1989 "Estado e os Modos de Poder Social", *Oficina do CES*, 7.
- Saunders, Peter 1989 *Social Theory and Urban Question*. London, Unwin Hyman.
- Thrift, Nigel 1983 "On Determination of Social Action in Space and Time", *Society and Space*, Vol. 1, n.º 1 (23-28).
- Wellman, Barry; Leighton, Barry 1981 "Réseau, quartier et communauté", *Espaces et Sociétés*, 38-39.